



JOSÉ JAIRO GOMES

CRIMES ELEITORAIS E PROCESSO PENAL ELEITORAL

4^a edição
revista, atualizada e ampliada

De acordo com:

- Pacote Anticrime – Lei 13.964/2019
- Denunciação caluniosa com finalidade eleitoral
– Lei 13.834/2019

Contém:

Apêndice com as Súmulas do TSE



SUMÁRIO

TÍTULO I

Direito Penal Eleitoral

1 CRIMES ELEITORAIS: ASPECTOS GERAIS.....	3
1.1 Introdução	3
1.2 Natureza do crime eleitoral.....	6
1.2.1 Crime e contravenção	6
1.2.2 O crime eleitoral é comum ou político?	8
1.3 Objeto do crime eleitoral.....	14
1.4 Classificação dos crimes eleitorais	14
1.5 Conceito de agente público para fins eleitorais	16
1.6 Limite mínimo da pena privativa de liberdade	17
1.7 Substituição de pena privativa de liberdade.....	17
1.8 Pena restritiva de direito.....	18
1.9 Causas de aumento e diminuição de pena	19
1.10 Aplicação da pena de multa	26
1.11 Reincidência e duplicação da pena de multa.....	28
1.12 Crime eleitoral cometido pela mídia	29
1.13 Efeitos de sentença penal condenatória: suspensão de direitos políticos e inelegibilidade	29
1.13.1 Suspensão de direitos políticos	29
1.13.2 Inelegibilidade.....	36
2 CRIMES ELEITORAIS EM ESPÉCIE.....	43
2.1 Introdução	43
2.2 Crimes previstos no Código Eleitoral.....	44
Art. 289 Inscrição fraudulenta de eleitor	44

Art. 290 Induzir à inscrição fraudulenta.....	51
Art. 291 Efetuar o juiz inscrição fraudulenta de alistando	55
Art. 292 Negar ou retardar inscrição eleitoral.....	56
Art. 293 Perturbar ou impedir alistamento	58
Art. 295 Reter título eleitoral.....	58
Art. 296 Promover desordem nos trabalhos eleitorais.....	59
Art. 297 Impedir ou embaraçar o exercício do sufrágio	60
Art. 298 Prender ou deter eleitor, membro de mesa receptora, fiscal, delegado de partido ou candidato.....	61
Art. 299 Corrupção eleitoral.....	64
Art. 300 Coação mediante autoridade pública.....	76
Art. 301 Coação mediante violência ou grave ameaça.....	80
Art. 302 Promover a concentração de eleitores.....	83
Art. 303 Majorar preços de utilidades e serviços	85
Art. 304 Não fornecer produtos e serviços	86
Art. 305 Intervir em mesa receptora de votos.....	87
Art. 306 Não observar a ordem da fila de votação.....	89
Art. 307 Fornecer cédula marcada.....	90
Art. 308 Fornecer cédula em oportunidade indevida	90
Art. 309 Infringir a igualdade e personalidade do voto.....	92
Art. 310 Praticar irregularidades ensejadoras de anulação da votação	94
Art. 311 Votar em seção eleitoral diversa.....	95
Art. 312 Violar o sigilo do voto	97
Art. 313 Não expedir boletim de urna	99
Art. 314 Não recolher as cédulas apuradas, fechar e lacrar urna.....	102
Art. 315 Mapismo eleitoral	104
Art. 316 Não receber nem mencionar em ata protesto ou impugnação	106
Art. 317 Violar o sigilo de urna eleitoral.....	108
Art. 318 Apurar votos de urna com eleitor impugnado.....	110
Art. 319 Subscrever mais de uma ficha de apoio para registro de partido	111
Art. 320 Pluralidade de filiação partidária.....	113
Art. 321 Colher assinaturas do mesmo eleitor para registro de partido...	114

Art. 323	Divulgar falsos fatos na propaganda	115
Art. 324	Calúnia eleitoral	122
Art. 325	Difamação eleitoral.....	135
Art. 326	Injúria eleitoral.....	142
Art. 326-A	Denunciaçāo caluniosa eleitoral	157
Art. 331	Inutilizar, alterar ou perturbar meio regular de propaganda....	166
Art. 332	Impedir o exercício de propaganda.....	169
Art. 334	Usar irregularmente organização empresarial.....	171
Art. 335	Fazer propaganda em língua estrangeira	177
Art. 337	Participar de atividade partidária sem gozar de direitos políticos.....	179
Art. 338	Não assegurar prioridade postal.....	183
Art. 339	Destruir, suprimir ou ocultar urna ou documentos eleitorais.....	185
Art. 340	Fabricar, adquirir, fornecer, subtrair ou guardar materiais de uso exclusivo da Justiça Eleitoral	188
Art. 341	Retardar ou não publicar atos da Justiça Eleitoral.....	190
Art. 342	Não apresentar denúncia no prazo legal.....	192
Art. 343	Omitir-se o juiz no controle da obrigatoriedade da ação penal.....	197
Art. 344	Recusar ou abandonar serviço eleitoral	198
Art. 345	Não cumprir deveres no prazo legal.....	201
Art. 346	Permitir o uso de serviço e bem público em benefício de partido	204
Art. 347	Desobediência eleitoral.....	209
Art. 348	Falsidade material de documento público.....	216
Art. 349	Falsidade material de documento particular	221
Art. 350	Falsidade ideológica eleitoral	223
Art. 352	Falso reconhecimento de firma ou letra	233
Art. 353	Usar documento falso	236
Art. 354	Obter falso documento	241
Art. 354-A	Apropriar-se de bens ou recursos destinados ao financiamento de campanha eleitoral – peculato eleitoral	243
2.3	Crimes previstos na Lei das Eleições – Lei nº 9.504/1997	247
	Art. 33, § 4º Divulgar pesquisa eleitoral fraudulenta	247

Art. 34, § 2º Dificultar ou impedir o acesso aos dados de pesquisa eleitoral	253
Art. 34, § 3º Divulgação de irregularidade de dados de pesquisa eleitoral	256
Art. 39, § 5º Propaganda eleitoral no dia da eleição	259
Art. 40 Usar sinais ou imagens semelhantes aos da Administração Pública	267
Art. 57-H, §§ 1º e 2º Contratar pessoas para produzir mensagens ofensivas na internet	270
Art. 58, § 7º Não observar prazo para julgar direito de resposta	278
Art. 68, § 2º Não entregar cópia de boletim de urna aos partidos	280
Art. 72 Acessar ou desenvolver sistema de dados ou lesar equipamento eleitorais	281
Art. 87, § 4º Impedir a fiscalização da apuração por fiscais de partido	286
Art. 91, parágrafo único Reter título ou comprovante de alistamento eleitoral	288
Art. 100-A Descumprir os limites de contratação de pessoal para serviços de campanha	292
2.4 Crimes eleitorais na Lei nº 6.091/1974 – transporte e alimentação de eleitores em dia de eleição	295
Art. 11, I Não disponibilizar à Justiça Eleitoral veículos e embarcações	296
Art. 11, II Descumprir, o particular, requisição de veículo ou embarcação	298
Art. 11, III Fornecer transporte ou alimentação a eleitor no dia do pleito	299
Art. 11, IV Obstar o serviço de fornecimento de refeições ou transporte a eleitores	305
Art. 11, V Usar em campanha eleitoral veículo ou embarcação da Administração Pública	306
2.5 Crimes eleitorais na Lei nº 6.996/1982	310
Art. 15 Mapismo eleitoral no processamento eletrônico de cédulas ...	310
2.6 Crimes eleitorais na Lei de Inelegibilidades – LC nº 64/1990	311
Art. 25 Arguir inelegibilidade ou impugnar registro de candidatura com má-fé ou de forma temerária	311

TÍTULO II

Direito Processual Penal Eleitoral

3 PROCESSO PENAL ELEITORAL.....	319
3.1 Introdução	319
3.2 Aplicação supletiva e subsidiária do Código de Processo Penal	320
3.3 Institutos despenalizadores	320
3.3.1 Infração penal de menor potencial ofensivo – transação penal...	321
3.3.2 Infração penal <i>eleitoral</i> de menor potencial ofensivo	323
3.3.3 Juizados especiais criminais eleitorais	323
3.3.4 Acordo de não persecução penal.....	325
3.3.5 <i>Sursis</i> processual – art. 89 da Lei nº 9.099/1995	329
3.3.6 Cômputo de causa de aumento de pena para aplicação de benefício.....	331
3.3.7 Proibição de concessão de novo benefício no prazo de 5 anos ...	331
3.4 Inquérito policial eleitoral.....	332
3.5 Medidas cautelares	340
3.5.1 Garantias eleitorais – prisão de eleitores, mesários, fiscais e candidatos.....	342
3.5.2 Medidas asseguratórias: apreensão de coisas.....	343
3.6 Juiz de garantias.....	344
3.7 Ação penal eleitoral.....	345
3.7.1 Natureza.....	345
3.7.2 Princípios.....	346
3.7.3 Condições da ação penal	347
3.8 Denúncia	351
3.8.1 Denúncia desacompanhada de inquérito policial.....	353
3.8.2 Irrecorribilidade em separado do ato que recebe denúncia	356
3.9 Processo jurisdicional penal eleitoral	358
3.9.1 Processo Judicial Eletrônico – PJe.....	362
3.10 Pressupostos processuais.....	363
3.10.1 Existência e validade do processo	363
3.10.2 Competência	366
3.10.2.1 Introdução.....	366

3.10.2.2 Regras de distribuição de competência.....	369
3.10.2.3 Alteração de competência.....	375
3.10.2.4 Conflito de competência	380
3.10.2.5 Conflitos de atribuição entre membros do MP Eleitoral	382
3.11 Rito processual.....	383
3.11.1 Procedimento especial eleitoral.....	384
3.11.2 Procedimento especial no tribunal – competência originária ..	392
3.11.2.1 O procedimento especial como previsto na Lei nº 8.038/1990.....	392
3.11.2.2 Alterações da Lei nº 11.719/2008 no CPP e no rito nos crimes de competência originária	398
3.12 Garantias constitucionais criminais: <i>habeas corpus</i> e mandado de segurança.....	403
3.12.1 <i>Habeas corpus</i>	403
3.12.2 Mandado de segurança em matéria criminal	413
3.13 Recursos eleitorais criminais	415
3.13.1 Tópicos gerais	415
3.13.1.1 Sessão de julgamento por meio eletrônico	418
3.13.2 Recurso eleitoral criminal	420
3.13.3 Recurso em sentido estrito	425
3.13.4 Embargos de declaração	427
3.13.5 Carta testemunhável.....	430
3.13.6 Correição parcial	432
3.13.7 Agravos	433
3.13.7.1 Agravo interno	433
3.13.7.2 Agravo em recursos especial e extraordinário	433
3.13.7.3 Agravo em execução criminal	434
3.13.8 Embargos infringentes e de nulidade	434
3.13.9 Recursos ordinários eleitorais.....	436
3.13.9.1 Recurso ordinário para o TSE	437
3.13.9.2 Recurso ordinário para o STF	440
3.13.10 Recursos excepcionais para os tribunais superiores	443
3.13.10.1 Recurso especial	443
3.13.10.2 Recurso extraordinário	449
3.13.11 Resumo dos recursos criminais na seara eleitoral	455
3.14 Revisão criminal	456

APÊNDICE 1 – SÚMULAS DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE ...	459
Súmula-TSE nº 9.....	459
Súmula-TSE nº 22.....	459
Súmula-TSE nº 23.....	459
Súmula-TSE nº 24.....	459
Súmula-TSE nº 25.....	459
Súmula-TSE nº 26.....	459
Súmula-TSE nº 27.....	460
Súmula-TSE nº 28.....	460
Súmula-TSE nº 29.....	460
Súmula-TSE nº 30.....	460
Súmula-TSE nº 31.....	460
Súmula-TSE nº 32.....	460
Súmula-TSE nº 34.....	460
Súmula-TSE nº 58.....	460
Súmula-TSE nº 59.....	461
Súmula-TSE nº 60.....	461
Súmula-TSE nº 61.....	461
Súmula-TSE nº 65.....	461
Súmula-TSE nº 71.....	461
Súmula-TSE nº 72.....	461
APÊNDICE 2 – A REFORMA DOS CRIMES E DO PROCESSO PENAL ELEITORAIS	463
APÊNDICE 3 – CRIMINALIZAÇÃO DE CAIXA DOIS E LAVAGEM DE DINHEIRO PARA FINS ELEITORAIS.....	467
APÊNDICE 4 – COMPETÊNCIA CRIMINAL E CRIME COMUM CONEXO COM ELEITORAL.....	471
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	491